EB Fibra Feeder - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada

(anteriormente denominado EB Fibra Feeder - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia)
(CNPJ: 34.509.058/0001-87)
(Administrado pelo BRL Trust Investimentos Ltda.)
(CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações financeiras em
28 de fevereiro de 2025

KPDS 1472507

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Demonstrações das posições financeiras **7**

Demonstrações dos resultados **8**

Demonstrações dos resultados abrangentes **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto **11**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **12**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
Caixa Postal 79518 - CEP 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Cotistas e à Administração do
EB Fibra Feeder - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada
(anteriormente denominado EB Fibra Feeder - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do EB Fibra Feeder - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada ("Fundo"), administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda. ("Administradora"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 28 de fevereiro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do EB Fibra Feeder - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada em 28 de fevereiro de 2025 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização de ativos financeiros

Veja as notas explicativas nº 3 e nº 5 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Em 28 de fevereiro de 2025, o Fundo possuía 107,35% do seu patrimônio líquido representado por aplicações em cotas do EB Fibra Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Fundo Investido"), cuja mensuração a valor justo se dá pela atualização do valor da cota do Fundo Investido divulgada pelo respectivo administrador. Esse fundo investe em ativos financeiros mensurados ao valor justo, que não são ativamente negociadas e para os quais os parâmetros são observáveis no mercado. Devido ao fato desse ativo ser o principal elemento que influencia o Patrimônio Líquido e o reconhecimento de resultado do Fundo, no contexto das demonstrações financeiras como um todo, esse assunto foi considerado como significativo para nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: — Recalculamos a valorização da aplicação no Fundo Investido, com base na cota divulgada pelo seu respectivo administrador; — Obtivemos a última demonstração financeira auditada disponível do Fundo Investido na data-base de nossa auditoria, avaliamos de acordo com o composição e perfil de risco do investimento, os assuntos significativos que possam impactar os ativos do Fundo auditado; — Avaliamos a rentabilidade obtida pelo Fundo auditado no exercício, por meio do teste de liquidação financeira da movimentação da carteira de aplicações no Fundo Investido; e — Avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Fundo.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os critérios utilizados na valorização do Fundo Investido, assim como nas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2025.

Responsabilidade da administração do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Willian Hideki Ishiba
Contador CRC 1SP281835/O-2

EB FIBRA FEEDER - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA
(anteriormente denominado EB FIBRA FEEDER - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA)
(CNPJ: 34.509.058/0001-87)
(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda. – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações das posições financeiras
Em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024
(Valores em milhares de reais, exceto as quantidades)

	Nota explicativa	28/02/2025			29/02/2024		
		Quantidades	Valor contábil	% s/ PL do Fundo	Quantidades	Valor contábil	% s/ PL do Fundo
Ativo Circulante			**741**	**0,78%**		**865**	**0,95%**
Caixa e equivalente de caixa			**741**	**0,78%**		**865**	**0,95%**
Disponibilidades			**-**	**0,00%**		**1**	**0,00%**
Depósito à vista	4		-	0,00%		1	0,00%
Cotas de fundos de investimentos		**99.925**	**741**	**0,78%**	**130.011**	**864**	**0,95%**
Cotas de fundos de investimento Renda Fixa	4	99.925	741	0,78%	130.011	864	0,95%
Ativo não circulante			**101.938**	**107,35%**		**97.038**	**106,99%**
Instrumentos Financeiros			**101.938**	**107,35%**		**97.038**	**106,99%**
Cotas de fundos de investimentos	5	**26.727**	**101.938**	**107,35%**	**26.377**	**97.038**	**106,99%**
EB Fibra Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia		26.727	101.938	107,35%	26.377	97.038	106,99%
Total do ativo			**102.679**	**108,13%**		**97.903**	**107,94%**
Passivo circulante			**7.721**	**8,13%**		**7.207**	**7,94%**
Outras obrigações			**7.721**	**8,13%**		**7.207**	**7,94%**
Taxa de administração			106	0,12%		102	0,11%
Taxa de performance			7.600	8,00%		7.090	7,82%
Auditoria e custódia			12	0,01%		12	0,01%
Taxa de fiscalização CVM			3	0,00%		3	0,00%
Total do passivo			**7.721**	**8,13%**		**7.207**	**7,94%**
Patrimônio líquido			**94.958**	**100,00%**		**90.696**	**100,00%**
Total do passivo e patrimônio liquido			**102.679**	**108,13%**		**97.903**	**107,94%**

As notas explicativas da administradora são partes integrante das demonstrações financeiras

EB FIBRA FEEDER - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA
(anteriormente denominado EB FIBRA FEEDER - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA)
(CNPJ: 34.509.058/0001-87)
(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024
(Valores em milhares de reais, exceto as quantidades)

	Nota explicativa	28/02/2025	29/02/2024
Resultado com Ativos Financeiros		**4.271**	**8.063**
Resultado com cotas de fundos de investimento Renda Fixa	4	64	72
Resultado com cotas de fundos de investimento de participações	5.1	4.207	7.991
Demais despesas/receitas		**(1.861)**	**(2.908)**
Taxa de administração e gestão	8 | 14	(1.303)	(1.331)
Taxa de performance	8 | 14	(510)	(1.525)
Auditoria e custódia	8	(25)	(25)
Taxa de fiscalização CVM	8	(20)	(21)
Outras despesas	8	(3)	(6)
Resultado do exercício		**2.410**	**5.155**

As notas explicativas da administradora são partes integrante das demonstrações financeiras

EB FIBRA FEEDER - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITA
(anteriormente denominado EB FIBRA FEEDER - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA)
(CNPJ: 34.509.058/0001-87)
(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024
(Valores em milhares de reais, exceto as quantidades)

	28/02/2025	29/02/2024
Resultado do exercício	**2.410**	**5.155**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**2.410**	**5.155**

As notas explicativas da administradora são partes integrante das demonstrações financeiras

EB FIBRA FEEDER - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA
(anteriormente denominado EB FIBRA FEEDER - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA)
(CNPJ: 34.509.058/0001-87)
(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024
(Valores em milhares de reais, exceto as quantidades)

	Nota Explicativa	Quantidade de cotas	Capital Integralizado	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 28 de fevereiro de 2023		**54.284**	**54.284**	**28.265**	**82.549**
Integralização de cotas	11	2.992	2.992	-	2.992
Resultado do exercício		-	-	5.155	5.155
Saldo em 29 de fevereiro de 2024		**57.276**	**57.276**	**33.420**	**90.696**
Integralização de cotas	11	1.852	1.852	-	1.852
Resultado do exercício		-	-	2.410	2.410
Saldo em 28 de fevereiro de 2025		**59.128**	**59.128**	**35.830**	**94.958**

As notas explicativas da administradora são partes integrante das demonstrações financeiras

EB FIBRA FEEDER - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

(anteriormente denominado EB FIBRA FEEDER - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉ

(CNPJ: 34.509.058/0001-87)
(Administrado pela BRL Trust Investimentos Ltda – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto
Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024
(Valores em milhares de reais, exceto as quantidades)

	28/02/2025	29/02/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Rendimento de cotas de fundos de investimento de renda fixa	64	72
Pagamento de taxa de administração e gestão	(1.299)	(1.326)
Pagamento de auditoria e custódia	(25)	(24)
Pagamento de taxa de fiscalização CVM	(20)	(20)
Pagamento diversos	(3)	-
Recebimentos diversos	-	1
Caixa líquido das atividades operacionais	**(1.283)**	**(1.297)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação em cotas de fundos de investimento em participações	(693)	(1.102)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(693)**	**(1.102)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de cotas	1.852	2.992
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**1.852**	**2.992**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(124)**	**593**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	865	272
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	741	865
Saldo de variação liquida de caixa e equivalentes de caixa	**(124)**	**593**

As notas explicativas da administradora são partes integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O EB Fibra Feeder - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada (anteriormente denominado EB Fibra Feeder - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia) ("Fundo) foi constituído em 05 de agosto de 2019 e iniciou suas atividades em 04 de novembro de 2020 sob a forma de condomínio fechado da categoria Multiestratégia, com prazo de duração de 10 anos contados a partir de 22 de novembro de 2018 podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos mediante aprovação em Assembleia Geral de Cotistas do Fundo e do EB Fibra Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("EB FIBRA").

O Fundo destina-se a investidores classificados como investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas mediante a aplicação de, no mínimo, 95% do seu patrimônio líquido em cotas do EB FIBRA, que por sua vez investirá em ações, debêntures simples, debêntures conversíveis, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, bem como títulos e valores mobiliários representativos de participação de emissão das Sociedades Alvo, sejam elas constituídas como companhias ou sociedades limitadas, incluindo outros títulos e valores mobiliários conversíveis em participações. Entendem-se como Sociedades Alvo as sociedades atuantes no setor de telecomunicações, com atuação no provimento de serviços como internet banda larga, telefonia fixa e TV por assinatura, entre outros, por meio do uso da fibra ótica.

Incluem-se no cômputo dos percentuais estabelecidos acima, os valores:

(i) destinados ao pagamento de encargos, observado o disposto na Cláusula XIV do regulamento, desde que limitados a 5% do Capital Comprometido;

(ii) decorrentes de operações de desinvestimento do Fundo: (a) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do 2º mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que ocorra o reinvestimento dos recursos no EB FIBRA; (b) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que não ocorra o reinvestimento dos recursos no EB FIBRA; ou (c) enquanto vinculados a garantias dadas ao comprador do ativo desinvestido; e

(iii) a receber decorrentes da alienação a prazo pelo EB FIBRA de participações em Sociedades Investidas.

O Fundo poderá aplicar até 100% do seu patrimônio líquido em cotas do EB FIBRA, que por sua vez poderá aplicar até 100% do seu patrimônio líquido em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma Sociedade Alvo, de seus controladores, de sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

A Administração do Fundo, com base na Instrução CVM nº 579, avaliou e classificou o Fundo como "Entidade de Investimento" e por esse motivo elabora exclusivamente demonstrações financeiras individuais. A classificação foi definida considerando-se os seguintes julgamentos e premissas aplicáveis às entidades de investimentos, conforme definido pela referida norma:

(i) O Gestor tem plena discricionariedade para decidir e implementar a estratégia do Fundo e suas diretrizes de investimentos, e é autorizado pela CVM para o exercício profissional da atividade de

(ii) O objetivo do Fundo é obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em valores mobiliários de emissão de companhias abertas ou fechadas;

(iii) O regulamento estabelece que os valores mobiliários e os outros ativos deverão ser avaliados de acordo com seu valor justo; e

(iv) O regulamento do Fundo concede ao Administrador discricionariedade para decidir e implementar, a seu exclusivo critério, a estratégia e diretrizes de desinvestimento do Fundo nas sociedades investidas e estabelece os procedimentos a serem adotados para tal.

Adicionalmente, o Administrador do Fundo considerou as características típicas de entidade de investimento para a classificação do Fundo:

(i) O Fundo possui mais de um investimento, direta ou indiretamente;
(ii) O Fundo possui mais de um cotista, direta ou indiretamente;
(iii) Os cotistas não influenciam ou não participam da administração das entidades investidas ou não são partes ligadas aos administradores dessas entidades;
(iv) O Fundo possui investimento em entidades nas quais os cotistas não possuíam qualquer relação societária, direta ou indiretamente, previamente ao investimento do Fundo.

As aplicações do Fundo não contam com a garantia da Administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos - ("FGC"), e estão sujeitas a riscos de investimento, incluindo possibilidade de perda do principal investido.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, as quais se configuram em diretrizes contábeis emanadas da legislação societária brasileira, considerando inclusive aspectos contábeis que são específicos para os diferentes segmentos do mercado, conforme disciplinado pelas normas previstas, especificamente nas Instruções CVM nº 579 e Resolução CVM nº 175, em processo de adaptação, bem como demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras, foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferente dos estimados.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2024, foram aprovadas pela Administração em 28 de julho de 2025.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e cotas de fundos de investimento que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de resgate não superior a 90 dias a partir da data de aplicação.

c. Instrumentos Financeiros
Os instrumentos financeiros são classificados, quando aplicável, em duas categorias específicas de acordo com o modelo de negócios, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:
Um ativo financeiro é designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso o ativo seja mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja a negociação do respectivo ativo financeiro, desde que seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Fundo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Fundo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

d. Cotas de fundo de investimento
As aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgado pelo administrador do Fundo onde os recursos são aplicados.

e. Cotas de fundos de investimento em participações
As aplicações em cotas de fundos de investimento em participação são atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgada pelos seus administradores. Os investimentos dos fundos investidos referem-se à participação no capital social de empresas sem cotação em Bolsa de Valores, estando contabilizados primeiramente pelo custo de aquisição e atualizados, periodicamente, mediante a reavaliação dos ativos da companhia investida por consultoria especializada independente, anualmente, com o objetivo de refletir a melhor expectativa de realização de valor justo.

f. Moeda funcional
A moeda funcional do Fundo é o Real, a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

g. Obrigações, julgamentos e estimativas
A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que sejam utilizados premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como avaliação dos investimentos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá

resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

h. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Fundo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Fundo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	28/02/2025	29/02/2024
Disponibilidades	-	1
Cotas de Fundos de Investimento (*)	741	864
Total de caixa e equivalentes de caixa	**741**	**865**

(*) As aplicações em cotas do Itaú Top Renda Fixa Referenciado DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento que possuem liquidez diária, portanto sem prazo de vencimento.

O Fundo possui investimento em cotas do Itaú Top Renda Fixa Referenciado DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento, que tem como objetivo aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento classificados como “Referenciado DI”, os quais investem em ativos financeiros que buscam acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) ou da taxa Selic, de forma que, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos ativos financeiros componentes de suas respectivas carteiras estejam atrelados, direta ou indiretamente, a este parâmetro, observado que a rentabilidade do Fundo será impactada pelos custos e despesas do Fundo, inclusive taxa de administração, se houver.

As demonstrações financeiras do Itaú Top Renda Fixa Referenciado DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de 30 de junho de 2024 foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. que emitiram seu parecer de auditoria em 27 de setembro de 2024 sem modificações.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025, foi apropriado valorização em cotas de fundos no montante de R$ 64 (R$ 72 em 2024), apresentado nas demonstrações dos resultados, na rubrica “Resultado com aplicação em cotas de fundos de investimento de renda fixa”.

5. Cotas de fundos de investimento em participações

Em 28 de fevereiro de 2025, o Fundo investe 107,35% (106,99% em 2024) de seu patrimônio líquido no EB FIBRA, que representa 3,34% (3,34% em 2024) das cotas do fundo investido, conforme destacado abaixo:

Fundo	28/02/2025			29/02/2024		
	Quantidade	Valor da cota	Valor	Quantidade	Valor da cota	Valor
EB FIBRA - Classe A	26.727	3.813,9714	101.938	26.377	3.678,7686	97.038

As demonstrações financeiras auditadas do EB Fibra FIP Multiestratégia de 28 de fevereiro de 2025, foram emitidas em 21 de julho de 2025 pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., que emitiram o relatório de auditoria sem modificação de opinião.

5.1. Movimentação de cotas de fundos de investimento em participações

No exercício findo de 28 de fevereiro de 2025 o Fundo registrou à título de "Resultado com aplicações em cotas de fundos de investimento em participações" o montante positivo de R$ 4.207 (R$ 7.991 em 2024), conforme apresentado nas "Demonstrações dos resultados".

Em 2025

Fundo investido	29/02/2024	Compra de cotas	Resultado apurado	28/02/2025
EB FIBRA - Classe A	97.038	693	4.207	101.938

Em 2024

Fundo investido	28/02/2023	Compra de cotas	Resultado apurado	28/02/2024
EB FIBRA - Classe A	87.945	1.102	7.991	97.038

6. Gerenciamento de riscos

Os investimentos do Fundo, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a riscos e flutuações do mercado, riscos inerentes às sociedades investidas e aos ativos por elas emitidos que venham a ser objeto de investimento pelo EB FIBRA, e a riscos de crédito de modo geral.

O Fundo e o EB FIBRA poderão estar expostos a perdas patrimoniais expressivas, inclusive, mas não limitadas ao capital investido. No caso de os investimentos realizados nas sociedades investidas perderem valor, os cotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais para cobrir as despesas e custos operacionais do EB Fibra e do Fundo, inclusive em valores que excedam o capital subscrito por cada cotista.

Os investimentos do Fundo, do EB FIBRA e dos cotistas estão sujeitos, em adição aos fatores de risco venham a ser descritos nos prospectos e materiais de divulgação de ofertas realizadas pelo Fundo ou pelo EB FIBRA, a diferentes espécies de risco, sendo os principais fatores os seguintes, de forma não exaustiva:

Risco de Concentração da Carteira: o risco associado às aplicações do Fundo é diretamente relacionado à concentração das aplicações. O Fundo concentrará seus investimentos no EB FIBRA, que por sua vez concentrará seus investimentos no setor de telecomunicações e poderá concentrar seus investimentos em poucas sociedades anônimas, de capital aberto ou fechado, e sociedades limitadas, com potencial de

crescimento, a serem investidas pelo EB FIBRA, atuantes no setor de telecomunicações, preferencialmente, mas não limitadamente no provimento de serviços como internet banda larga, telefonia fixa e TV por assinatura, entre outros, por meio do uso da fibra ótica. Quanto maior a concentração das aplicações do EB FIBRA, maior será a vulnerabilidade do EB FIBRA e, consequentemente, do Fundo com relação ao investimento, aumentando a exposição ao risco associado a ele. A materialização de tal risco pode afetar negativamente os investimentos do EB FIBRA e do Fundo, o que poderá depreciar de forma significativa o patrimônio líquido e, por consequência, a rentabilidade e o capital investido pelo cotista;

Risco de Mercado: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos da carteira e da carteira do EB FIBRA, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que o valor dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e da carteira do EB FIBRA sejam avaliados por valores diferentes dos da sua emissão e/ou contabilização, o que poderá acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas;

Risco de Liquidez: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira e da carteira do EB FIBRA nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Fundo e o EB FIBRA poderão encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo e para o EB FIBRA, os quais permanecerão expostos, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos, que podem, inclusive, obrigar o EB FIBRA a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado;

Conflito de interesses: o Fundo e/ou o EB FIBRA poderão vir a contratar transações com eventual conflito de interesses. O fato de certas transações em potencial ou efetivo conflito de interesses estarem sujeitas à aprovação em assembleia geral de cotistas do Fundo e/ou do EB FIBRA não necessariamente mitiga o risco de que tais transações impactem negativamente o Fundo.

Gerenciamento de riscos
A administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas em seus comitês institucionais, que ponderam sobre os controles realizados pelas equipes e, eventualmente, decidem sobre medidas a serem tomadas. Através desses comitês, são traçadas as diretrizes a serem seguidas pelos fundos, visando administrar a exposição a riscos. O cumprimento da política de investimento, e consequentemente os riscos envolvidos nos investimentos, é monitorado pelos comitês institucionais, visando conhecer, limitar e mitigar os riscos inerentes. A governança estabelecida não caracteriza a eliminação total dos fatores de risco a que o Fundo está sujeito. Apesar da administradora utilizar técnicas e procedimentos para manter o acompanhamento de risco, acontecimentos eventuais e inesperados podem impactar negativamente a performance do Fundo.

7. Instrumentos financeiros derivativos
É vedado ao Fundo realizar operações com derivativos, exceto quando tais operações: (i) forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial; ou (ii) envolverem opções de compra ou venda de quotas ou ações das Sociedades Alvo que integram a carteira do respectivo Fundo Investido com o propósito de ajustar o respectivo preço de aquisição da Sociedade-Alvo com o consequente aumento ou diminuição futura na

quantidade de quotas ou ações investidas ou alienar essas quotas ou ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento dos Fundos Investidos.

Nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024 o Fundo não realizou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

8. Despesas incorridas pelo Fundo

Os encargos debitados ao Fundo e seus percentuais em relação ao patrimônio líquido médio durante os exercícios findos são os seguintes:

Encargos debitados do Fundo	28/02/2025		29/02/2024	
	R$	% S/PL Médio	R$	% S/PL Médio
Taxa de administração e gestão	1.303	1,45%	1.331	1,62%
Taxa de performance	510	0,57%	1.525	1,86%
Auditoria e custódia	25	0,03%	25	0,03%
Taxa de fiscalização CVM	20	0,02%	21	0,03%
Outras despesas	3	0,00%	6	0,01%
Total Geral	**1.861**	**2,07%**	**2.908**	**3,55%**

O Patrimônio líquido médio do exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 é de R$ 89.788 (R$ 81.982 em 2024).

9. Classe de cotas

O Patrimônio líquido do Fundo será representado por cotas de uma única classe, que corresponderão a frações ideais de seu patrimônio líquido, assumindo a forma nominativa e escritural e conferindo aos Cotistas direitos e obrigações de acordo com o Regulamento.

As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio. Todas as cotas farão jus a pagamentos de amortizações em iguais condições. Será atribuído a cada cota o direito a um voto na assembleia geral de cotista.

Em 28 de fevereiro de 2025 o Fundo está representado por 59.128 (57.276 em 2024) cotas contabilizadas pelo valor de R$ 94.958 (R$ 90.696 em 2024).

10. Evolução da rentabilidade das cotas

O valor do patrimônio líquido médio, o valor da cota e a rentabilidade do Fundo nos exercícios foram os seguintes:

Informações referentes ao exercício	28/02/2025	29/02/2024
Rentabilidade do Fundo %	1,42%	4,13%
Valor da Cota (em R$)	1.605,9573	1.583,5102
Patrimônio líquido médio R$/mil	89.788	81.982

A rentabilidade obtida no passado não é garantia de resultados futuros.

11. Emissão, resgate de cotas e amortização

a. Emissão

As cotas do Fundo corresponderão a frações ideais de seu patrimônio líquido e terão a forma nominativa, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos.

As cotas têm o seu valor determinado com base na divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas em circulação do Fundo ao final de cada dia, observadas as normas contábeis aplicáveis ao Fundo.

O patrimônio inicial mínimo para funcionamento do Fundo é de R$ 10.000 e deve estar subscrito e integralizado no prazo máximo de 06 meses, a contar da data de registro do Fundo na CVM.

O Fundo terá um Capital Autorizado de R$ 300.000 podendo, portanto, a critério exclusivo do gestor, emitir novas cotas, até o referido limite, independentemente da aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, por meio de oferta pública ou privada, observada a regulamentação aplicável.

As cotas da primeira emissão do Fundo foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, a ser realizada nos termos da Instrução CVM n° 160/22 (“Oferta Restrita”).

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025, houve integralização de 1.852 (2.992 em 2024) cotas, representadas pelo montante de R$ 1.852 (R$ 2.992 em 2024).

b. Resgate de cotas

Não haverá resgate de cotas, exceto quando do término do prazo de duração ou da liquidação do Fundo.

c. Amortização

O Administrador poderá, a qualquer tempo, considerando as recomendações do gestor, realizar amortizações das cotas do Fundo, mediante o pagamento uniforme a todos os cotistas de parcela do valor de suas cotas, sem redução do número de cotas emitidas.

A amortização de cotas poderá se dar em moeda corrente nacional ou em títulos e valores mobiliários, neste último caso pelos respectivos valores de avaliação do ativo na carteira do Fundo.

O cotista inadimplente poderá ter a amortização a que fizer jus compensada com os débitos existentes com o Fundo, até o limite de seus débitos.

Nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024, não houve amortização de cotas.

12. Período de investimento e desinvestimento

O Fundo realizará os investimentos no EB FIBRA, primordialmente, durante o período de até 8 (oito) anos contados a partir de 22 de novembro de 2018 (“Período de Investimento”), data da primeira integralização de cotas do EB FIBRA, o qual poderá ser prorrogado por mais 2 (dois) anos mediante aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, somente sendo admitida a realização de Chamadas de Capital e investimentos no EB FIBRA fora do período de investimento nas seguintes hipóteses:

(i) caso o EB FIBRA tenha previamente se comprometido, durante o seu período de investimento, mediante contrato de aporte, compromisso de investimento ou documento semelhante, a realizar investimentos na respectiva Sociedade Alvo;

(ii) para o pagamento de despesas do Fundo, do EB FIBRA e outros custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações das Sociedades Investidas, inclusive tributos e contingências;

(iii) para a aquisição pelo EB FIBRA de valores mobiliários emitidos por Sociedades Investidas, com a finalidade de impedir a diluição dos investimentos já realizados ou a perda do controle ou do valor dos ativos das Sociedades Investidas, conforme o caso; ou

(iv) caso haja aprovação em Assembleia Geral de Cotistas.

O período de desinvestimento do Fundo, terá início no primeiro dia útil seguinte ao encerramento do Período de Investimento e se encerrará juntamente com o Prazo de Duração do Fundo.

13. Gestão, custódia, controladoria, tesouraria e serviços terceirizados.

As cotas de fundos de investimento são custodiadas pelos respectivos administradores dos fundos. Os serviços são prestados por:

Custódia:	BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Controladoria:	BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Escrituração:	BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Gestão:	EB Capital Gestão de Recursos Ltda.
Tesouraria:	BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

14. Remuneração da Administração e Gestão

O Fundo pagará a Taxa de Administração ao administrador e a Taxa de Gestão e performance ao gestor.

a. Taxa de Administração

A taxa de administração devida ao administrador corresponderá a 0,10% ao ano incidente sobre o Capital Comprometido por todos os cotistas, respeitado o valor mínimo mensal de R$ 10 e limitada ao valor máximo mensal de R$ 70, observado que a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que estiver investida em cotas do EB FIBRA será isenta do pagamento da Taxa de Administração descrita acima.

A Taxa de Administração compreende todos os serviços relacionados à manutenção e funcionamento do Fundo, incluindo custódia, controladoria e tesouraria, mas não incluindo serviços de consultoria especializada, auditoria independente do Fundo, tampouco taxas cobradas pela CVM ou entidades autorreguladoras.

b. Taxa de Gestão

Adicionalmente à Taxa de Administração devida ao administrador, o gestor fará jus ao recebimento da Taxa de Gestão calculada e provisionada considerando-se dois períodos distintos, na forma descrita nos itens abaixo:

(i) Durante o período em que o Fundo realizará os investimentos, o percentual de 1,75% ao ano, calculado sobre o valor total do Capital Comprometido pelos Cotistas; e

(ii) Após o Período de Investimento, o percentual de 1,75% ao ano, calculado sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.

A Taxa de Administração e Taxa de Gestão serão calculadas à base de 1/252, devendo ser provisionadas diariamente como despesa do Fundo e pagas mensalmente até o 2º dia útil do mês subsequente ao vencido, com os próprios recursos da carteira.

A Taxa de Administração é dividida entre os prestadores de serviço do Fundo, nos termos da Instrução CVM n° 175/22, e será paga diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados.

Além da Taxa de Administração estabelecida no regulamento, o Fundo estará sujeito às taxas de administração dos fundos que eventualmente venha a investir.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 foi apropriado a título de taxa de administração e gestão o montante de R$ 1.303 (R$ 1.331 em 2024), sendo R$ 85 (R$ 131 em 2024) a título de taxa de administração e R$ 1.218 (R$ 1.200 em 2024) a título de taxa de gestão.

c. Taxa de performance

O Gestor fará jus à Taxa de Performance que passará a ser devida somente após os cotistas terem recebido, a título de amortização de suas Cotas, a Rentabilidade Preferencial, devendo ser observadas cumulativamente, as condições estabelecidas nos itens abaixo.

Catch Up – Pagamento Prioritário

Após o pagamento do capital Investido corrigido pela variação do IPCA acrescida de 5% (cinco por cento) ao ano (“Rentabilidade Preferencial”), 100% de todo e qualquer resultado, deduzidas as despesas e encargos do Fundo serão destinados exclusivamente ao Pagamento Prioritário da Taxa de Performance. O Pagamento Prioritário será limitado a montante suficiente para que a remuneração recebida pelo gestor, seja equivalente a 17,50% da soma (i) da Rentabilidade Preferencial distribuída aos Cotistas, com (ii) o próprio valor pago ao gestor até o momento do cálculo a título de Pagamento Prioritário.

Após atingido o limite do Pagamento Prioritário mencionado acima, 82,50% do resultado do Fundo, deduzidas as despesas e encargos do Fundo, deverá ser destinado à amortização de cotas, e 17,50% do resultado do Fundo deverá ser destinado ao gestor, a título de Taxa de Performance.

Clawback

Caso o gestor receba Taxa de Performance sobre amortizações parciais de cotas e, no momento da liquidação do Fundo, a rentabilidade acumulada das cotas for menor do que a Rentabilidade Preferencial ou se a Taxa de Performance total paga ao gestor for maior do que aquela prevista no regulamento, o gestor deverá devolver ao Fundo o Valor de Clawback, que deverá ser equivalente ao valor necessário para que (a) a rentabilidade acumulada das cotas atinja a Rentabilidade Preferencial, ou (b) a Taxa de Performance acumulada recebida seja igual àquela prevista no regulamento, o que for maior.

Sobre o Valor de Clawback (a) deverá ser deduzido o montante relativo aos tributos incidentes sobre a Taxa de Performance recebida pelo gestor, incluindo o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), a

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); e (b) deverá ser adicionado o montante relativo aos benefícios tributários auferidos pelo gestor, decorrentes diretamente do pagamento do Valor de Clawback ao Fundo, benefícios tributários estes auferidos no exercício social em que tal pagamento venha a ser realizado.

Em qualquer hipótese o Valor de Clawback a ser pago pelo gestor ao Fundo estará limitado ao valor recebido pelo gestor a título de Taxa de Performance. O Valor de Clawback também existirá no caso de o gestor ter seu vínculo com o Fundo rescindido antes da sua liquidação.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 foi apropriado o montante de R$ 510 (R$ 1.525 em 2024), a título de taxa de performance.

15. Divulgação de informações

O Administrador colocará à disposição dos interessados, em sua sede e/ou site, as seguintes informações:

Quadrimestralmente, em até 15 dias após o encerramento do quadrimestre civil a que se referirem, as informações referidas no Informe Quadrimestral;

Semestralmente, em até 150 dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram; e

Anualmente, no prazo de até 150 dias contados a partir do encerramento do exercício, as demonstrações financeiras acompanhadas do parecer do auditor independente e do relatório do administrador e gestor.

16. Tributação

Os rendimentos auferidos na amortização de cotas do Fundo ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) incidente sobre a diferença positiva entre o valor de amortização ou liquidação e o custo de aquisição das cotas.

A forma de apuração e de retenção de imposto de renda na fonte descrita acima não se aplica aos cotistas que estão sujeitos a regimes de tributação diferenciados, nos casos previstos na legislação em vigor.

De acordo com o decreto nº 8.325 de 7 de outubro de 2014, passa a vigorar a partir desta data a alíquota de IOF de 0% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais.

17. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Resolução n° 162/22 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), registre-se que a Administradora, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

18. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

19. Transações com partes relacionadas

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 as transações com partes relacionadas, resumiam-se em serviços de administração do Fundo, prestados pela BRL Trust Investimentos Ltda. e serviços de gestão e performance, prestados pela EB Capital Gestão de Recursos Ltda., conforme nota explicativa nº 14.

20. Alterações Estatutárias

Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 não houve alterações estatutárias.

21. Informações adicionais

Lei nº 14.754

Em 12 de dezembro de 2023, entrou em vigor a Lei nº 14.754 que dispõe sobre a nova tributação de aplicações em fundos de investimentos, na qual os rendimentos das aplicações em fundos de investimentos ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF nas seguintes datas:

a) No último dia dos meses de maio e novembro; ou

b) Na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, caso ocorra antes.

Para os fundos de investimentos que forem enquadrados como entidade de investimento, e que cumpram os demais requisitos previstos na Lei, não estarão sujeitos à tributação periódica previstas no último dia dos meses de maio e novembro.

Para os fundos de investimentos que investem, direta ou indiretamente, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do seu patrimônio líquido nos fundos de investimentos imobiliários (“FII”), fundos de investimentos nas cadeias produtivas do agronegócio (“FIAGRO”), fundos de investimentos em participações em infraestrutura (“FIPs-IE”), e os fundos de investimentos de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, ficaram sujeitos ao tratamento tributário do artigo 24 desta Lei, sendo que os fundos, qualificados como entidades de investimentos, não estão sujeitos à tributação periódica.

Resolução CVM nº 175

A Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) publicou a Resolução CVM n° 175 em 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, em substituição à Instrução CVM n° 178.

As alterações introduzidas pela nova resolução entrarão em vigor a partir de 3 de abril de 2023, tendo os fundos em funcionamento adaptação até 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 28 de março de 2023 a Resolução CVM nº 181, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM n° 181 altera a entrada em vigor das novas regras de fundos de investimento para 02 de outubro de 2023.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 31 de maio de 2023 a Resolução CVM nº 184, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM n° 184 que constitui o marco regulatório dos fundos de investimento, e acrescenta nove anexos normativos à nova norma de fundos de investimentos para 02 de outubro de 2023.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 12 de março de 2024 a Resolução CVM nº 200, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM n° 200 altera a entrada em vigor das novas regras de fundos de investimento para 30 de junho de 2025, com exceção dos fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC, que deve adaptar-se até 29 de novembro de 2024.

22. Eventos subsequentes

Conforme o Termo de Apuração de Consulta Formal datado de 15 de abril de 2025, foi aprovada a alteração do término do exercício social do Fundo, que passará do último dia de fevereiro de cada ano para o último dia de março de cada ano.

Conforme instrumento particular realizado em 24 de junho de 2025, foi deliberado a alteração integral e a consolidação do regulamento do Fundo, exclusivamente para fins de adaptação às disposições da Resolução CVM nº 175, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, e/ou da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023, conforme aplicável, sendo certo que o Fundo passará a ser de classe única. Em decorrência dessa adaptação, a alteração da denominação do Fundo, que passará a ser denominado ““EB Fibra Feeder - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada Fundo de Investimento em Cotas de FIP”.

* * *

Roger Vicente Lima
Contador CRC1SP342522

Luiz Carlos Nimi
Diretor responsável